

blica e a antiguidade na carreira e na categoria, bem como de fotocópia do bilhete de identidade.

7 — Composição do júri — Presidente: Helena Maria José Alves Borges — Secretária-Geral do Ministério da Justiça;

Vogais: Bruno Pinheiro de Sousa Rodrigues de Sá — Direcção-Geral da Administração da Justiça e Maria Manuela Ramos Fernandes Rebelo Duarte — Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa.

8 — Publicitação — Conforme disposto no artigo 21.º, n.ºs 1 e 2 da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o aviso de procedimento concursal será publicitado na bolsa de emprego público e em órgão de imprensa de expansão nacional.

29 de Julho de 2008. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

Centro de Estudos Judiciários

Despacho n.º 20803/2008

Ao abrigo do disposto no artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, conjugado com n.º 7 do artigo 118.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, designo o Lic. Paulo Alexandre Jorge Rainho, técnico profissional especialista principal, de biblioteca e documentação, em exercício de funções neste Centro de Estudos Judiciários, em regime de requisição, para me prestar apoio a nível de secretariado, com efeitos a 14 de Julho de 2008.

Publique-se no *Diário da República*.

30 de Julho de 2008. — A Directora, *Anabela Miranda Rodrigues*.

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Despacho (extracto) n.º 20804/2008

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 70º do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Pública Central e Local, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro, faz-se público que por despacho do Senhor Ministro da Justiça, de 13 de Dezembro de 2007, foi aplicada a pena disciplinar de demissão ao guarda de nomeação definitiva Toni Morais Machado, do qual foi notificado em 02 de Junho de 2008.

29 de Julho de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julietta Nunes*.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Aviso n.º 21542/2008

Concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de especialista superior estagiário, para a Área de Tradução / Línguas inglesa e alemã

Nos termos do n.º 1, alínea b), do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que a lista de classificação final do concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de especialista superior estagiário, para a Área de Tradução / Línguas inglesa e alemã, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 43, de 1 de Março de 2007, devidamente homologada por despacho de 29.07.2008, do Exmo. Senhor Director Nacional-Adjunto da Polícia Judiciária, Dr. Pedro do Carmo, será afixada, a partir da data da publicação do presente aviso, no seguinte serviço e local:

Departamento de Recursos Humanos da Polícia Judiciária, sito no Largo de Andaluz, n.º 17, 1050-004 LISBOA.

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 40.º e no n.º 2 do artigo 43.º, conjugado com a alínea b) do artigo 44.º, todos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os interessados dispõem do prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso para, caso queiram, interpor recurso hierárquico, com efeitos suspensivos, para SS. Ex.ª o Ministro da Justiça.

O processo do concurso encontra-se à disposição dos interessados, para consulta, nos dias normais de expediente (das 09 às 12 e das 14 às 17 horas), no Departamento de Recursos Humanos da Polícia Judiciária, sito no Largo de Andaluz, n.º 17, 1050-004 Lisboa.

30 de Julho de 2008. — Pelo Director do Departamento de Recursos Humanos, *António Barbosa*.

Aviso n.º 21543/2008

Concurso externo de ingresso para provimento de 20 lugares de especialista-adjunto estagiário, para o Departamento de Telecomunicações e Informática — Área de Informática

Nos termos do artigo 171.º do Código do Procedimento Administrativo, notificam-se os candidatos ao concurso externo de ingresso para provimento de 20 lugares de especialista-adjunto estagiário, para o Departamento de Telecomunicações e Informática — Área de Informática, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 125, de 2 de Julho de 2007, para, na qualidade de contra-interessados, e no prazo de 15 dias, alegarem o que tiverem por conveniente sobre os recursos hierárquicos interpostos pelos candidatos a seguir indicados:

Bruno Alexandre Lourenço Martins
Jorge Manuel Frederico Dias

Mais se informa que os recursos poderão ser consultados durante o horário de expediente, de 2.ª a 6.ª Feira, no Departamento de Recursos Humanos da Polícia Judiciária, sito no Largo de Andaluz, 17, 6.º, 1050-004 Lisboa.

30 de Julho de 2008. — Pelo Director do Departamento de Recursos Humanos, *António Barbosa*.

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Despacho (extracto) n.º 20805/2008

Por despacho de 22.07.2008, do presidente:

Lic. Carlos Pedro Seco Lopes, Adjunto da 1.ª Conservatória dos Registos Predial e Comercial de Almada — nomeado para o lugar de Conservador Interino dos Registos Civil e Predial de Reguengos de Monsaraz.

28 de Julho de 2008. — A Vice-Presidente, *Carolina Ferra*.

Despacho (extracto) n.º 20806/2008

Por despachos do Presidente deste Instituto, datados de 24 de Julho de 2008:

Agamene Soraia Medeiros e Paulo, escriturária da Conservatória do Registo Civil de Palmela — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Civil do Barreiro (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Alexandra Maria Sequeira Fernandes, escriturária da Conservatória dos Registos Predial e Comercial de Elvas — nomeada para idêntico lugar da 1.ª Conservatória do Registo Predial de Almada (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Ana Maria Felgueiras de Oliveira Sousa Rodrigues, escriturária da Conservatória dos Registos Centrais de Lisboa — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Nacional de Pessoas Colectivas de Lisboa (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Ana Paula Domingos Gomes de Barros, escriturária superior da 1.ª Conservatória do Registo Predial de Oeiras — nomeada para idêntico lugar da 7.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Anabela Mendes Barata, escriturária da Conservatória do Registo Civil de Loures — nomeada para idêntico lugar da Conservatória dos Registos Civil, Predial e Cartório Notarial de Alandroal (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Bernardino Ferreira Piedade, escriturário da Conservatória dos Registos Civil, Predial e Cartório Notarial de Aljezur — nomeado para idêntico lugar da Conservatória do Registo Civil de Anadia (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Carla Maria Ramos Ferreira Alcobia, escriturária superior da Conservatória dos Registos Civil e Predial de Ourique — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Predial do Montijo (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Carla Sofia Figueiredo Mateus Bastos Simões, escriturária da Conservatória dos Registos Civil e Predial de Penacova — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Civil da Figueira da Foz (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Cármem Sílvia Costa Santos, escriturária da Conservatória do Registo Civil de Lagos — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Civil do Montijo (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Celeste Manuela Pinto, escriturária da 7.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa — nomeada para idêntico lugar da 11.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Elisabete do Carmo Ferrás de Sousa, escriturária da Conservatória dos Registos Civil e Predial de Lousada — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Predial de Marco de Canaveses (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Esperança Maria Tacanho Pereira, escriturária superior da Conservatória do Registo Civil de Santa Comba Dão — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Civil da Covilhã (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Filipa Maria de Carvalho Santos Monteiro Correia, escriturária da Conservatória dos Registos Civil e Predial de Alijó — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Civil de Chaves (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Francisco Miguel Silva da Fonseca, escriturário da Conservatória dos Registos Civil e Predial de Oliveira do Hospital — nomeado para idêntico lugar da Conservatória dos Registos Civil e Predial de Gouveia (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Jorge de Sousa Ferreira, escriturário da Conservatória do Registo Civil da Maia — nomeado para idêntico lugar da Conservatória do Registo Civil de Vila Nova de Famalicão (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Lucena Cristina Sousa Farinha, escriturária da Conservatória do Registo Civil de Queluz — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Civil de Sintra (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Lúcia Maria Conde da Cunha Almeida, escriturária da Conservatória do Registo Civil de Almada — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Civil do Seixal (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Lucinda da Conceição Fernandes de Almeida, escriturária da 7.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa — nomeada para idêntico lugar da 3.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Maria Alexandra Grego Mestre, escriturária da Conservatória dos Registos Predial e Comercial de Silves — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Predial de Olhão (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Maria da Conceição Santos Mascarenhas Andrade Pereira, escriturária da Conservatória dos Registos Civil e Predial de Vendas Novas — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Predial de Odivelas (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Maria Filomena Ferreira Gonçalves Ribeiro, escriturária da Conservatória dos Registos Civil e Predial da Azambuja — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Civil de Torres Novas (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Maria de Jesus Gonçalves Guerreiro Nobre, escriturária da Conservatória dos Registos Centrais de Lisboa — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Civil do Barreiro (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Maria de Lurdes Roque Severino, escriturária da Conservatória dos Registos Predial e Comercial de Elvas — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Civil de Évora (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Maria Manuel da Costa Ribeiro da Rocha Pereira, escriturária da Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras — nomeada para idêntico lugar da 1.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Maria Manuela da Silva Carvalho, escriturária da Conservatória do Registo Predial de Praia da Vitória — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Civil de Praia da Vitória (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Maria do Rosário Freire Guimarães, escriturária da Conservatória do Registo Civil de Portimão — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Civil de Silves (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Norton Henriques Rodrigues, escriturário da Conservatória dos Registos Centrais de Lisboa — nomeado para idêntico lugar da Conservatória do Registo Nacional de Pessoas Colectivas de Lisboa (mantendo o

mesmo índice e escalão), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Paulo João Pinheiro Correia, escriturário da Conservatória do Registo Civil de Vila Real — nomeado para idêntico lugar da Conservatória do Registo Civil de Amarante (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Rosa Maria Margarido da Silva Jorge, escriturária do Cartório Notarial do Centro de Formalidades das Empresas de Setúbal — nomeada para idêntico lugar da 1.ª Conservatória do Registo Predial de Almada (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Sandra Maria da Silva Pinto, escriturária da Conservatória do Registo Civil de Águeda — nomeada para idêntico lugar da 2.ª Conservatória do Registo Civil do Porto (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Rui Alexandre da Apresentação Ramôa, escriturário da Conservatória do Registo Civil de Albufeira — nomeado para idêntico lugar da 2.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

(Não carecem de Visto do Tribunal de Contas.)

30 de Julho de 2008. — A Vice-Presidente, *Carolina Ferra*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades

Despacho n.º 20807/2008

Com vista à execução da obra de construção do interceptor de Canedo — Uima jusante, integrado no sistema municipal de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas de Santa Maria da Feira, concelho de Santa Maria da Feira, veio a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira requerer ao Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional a constituição de servidão administrativa de aqueduto público subterrâneo sobre 58 parcelas de terreno, localizadas na freguesia de Canedo, concelho de Santa Maria da Feira, identificadas no mapa de servidões e assinaladas nas plantas anexos ao presente despacho e que dele fazem parte integrante.

Assim, no exercício das competências que me foram delegadas pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, nos termos do despacho n.º 16 162/2005, de 5 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 1.º, 2.º, 3.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 34 021, de 11 de Outubro de 1944 e no artigo 8.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro e com os fundamentos constantes da informação n.º 141/DEJ/2008, de 3 de Julho de 2008, da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, determino o seguinte:

1 — As 58 parcelas de terreno identificadas no mapa e plantas que se publicam em anexo ao presente despacho e que dele fazem parte integrante ficam, de ora em diante, oneradas com carácter permanente, pela constituição de servidão administrativa de aqueduto público subterrâneo, a favor da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.

2 — A servidão a que se refere o número anterior, com uma área total de 18 502 m², incide sobre uma faixa de 5 m de largura (2,5 m para cada lado do eixo longitudinal da conduta), e implica:

- a) A ocupação permanente do subsolo na zona de instalação da conduta;
- b) A proibição de plantio de árvores e arbustos de qualquer espécie, cuja raiz atinja profundidades superiores a 0,80 m;
- c) A proibição de qualquer construção;

3 — A obrigação dos actuais e subsequentes proprietários, arrendatários ou a qualquer outro título possuidores dos terrenos, de reconhecerem, da presente data em diante, a servidão administrativa de aqueduto público subterrâneo ora constituída, bem como a zona aérea ou subterrânea de incidência, mantendo livre a respectiva área, e a consentirem, sempre que se mostre necessário, no seu acesso e ocupação pela entidade beneficiária da servidão, nos termos e para os efeitos do preceituado nos artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 34 021, de 11 de Outubro de 1944.

4 — Os encargos com a servidão administrativa constituída são da responsabilidade da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.

24 de Julho de 2008. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.